

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

A APOSENTADORIA DO IPHONE 4 – UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR

THE RETIREMENT OF IPHONE 4 - AN ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF THE PLANNED OBSOLESCENCE IN THE VIOLATION OF THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF THE CONSUMER

José Luiz Ragazzi¹

Paulo Henrique Loyola Vianna de Andrade²

RESUMO

Este estudo analisará a evolução da estratégia aplicada por empresas que diminuem propositalmente a vida útil de seus produtos buscando antecipar sua substituição. Esta evolução passa deste a diminuição da qualidade de materiais utilizados para a fabricação dos produtos até o desenvolvimento de softwares incompatíveis com aparelhos antigos, como é o caso do Iphone 4. A metodologia do trabalho será baseada em uma análise qualitativa acompanhada por fundamentos jurídicos de doutrina e jurisprudência relacionada ao assunto. Este ensaio demonstrará a gravidade de uma conduta que viola direitos fundamentais dos consumidores e não é objeto proibição legislativa direta no Brasil.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; Obsolescência Programada; Vida útil Smartphones;

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of the strategy applied by companies that purposely reduce the life of your products to anticipate their replacement. This evolution goes from lowering the quality of the materials used for the manufacture of products to the development of incompatible software with older equipment such as the Iphone 4 case. The work's methodology will be based on qualitative analysis accompanied by legal arguments by the doctrine and jurisprudence related to the subject. This test will demonstrate the seriousness of conduct that violates fundamental rights of consumers and is not subject to direct legislative prohibition in Brazil.

Keywords: Consumer Law; Planned Obsolescence; Smartphone's Lifetime;

INTRODUÇÃO

Quem não tem em sua casa um aparelho eletroeletrônico que considera anacrônico?

Dentre estes é predominante o número de telefones celulares, o que se deve a sua rápida

¹ Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), Mestre em Direito pela ITE- Bauru, superintendente geral jurídico do Banco Safra S/A, Professor da graduação e do mestrado da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre -MG; da Escola Superior da Magistratura, e professor convidado - Ordem dos Advogados do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Processual Civil, Direito do Consumidor e Tutelas Coletivas. Endereço Eletrônico: joseluizragazzi@uol.com.br

² Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Endereço Eletrônico: paulohloyola@gmail.com.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

evolução tecnológica e o baixo valor econômico o que reduz de maneira considerável sua possibilidade de circulação no mercado de aparelhos usados. Este fato destina tais aparelhos à obsolescência quando substituídos por um modelo mais avançado.

Com a chegada dos smartphones ao mercado, a possibilidade de substituição dos aparelhos celulares, que outrora foi incentivada por inovações tecnológicas físicas em cada nova versão dos aparelhos (nova câmera, mais memória, Bluetooth ou wi-fi, por exemplo), teve que receber um reforço de seus fabricantes para garantir sua rápida substituição. A solução para esta nova fase da telefonia móvel as fabricantes encontram na constante atualização do sistema operacional utilizado nestes smartphones, garantindo a eficácia do que se chama de “Obsolescência Programada”, termo definido por Bruno Miragem (2013, p.325) como a “[...] redução artificial da durabilidade de produtos ou do ciclo de vida de seus componentes, para que seja forçada a recompra prematura [...]”.

Diante da recente evolução dos telefones celulares para os smartphones, a estratégia das empresas de telefonia móvel para impulsionar seus lucros através do lançamento de modelos com inovações tecnológicas perdeu sua força. Este é um reflexo que se deve ao fato dos smartphones fornecerem aos seus usuários as ferramentas necessárias para uma utilização satisfatória do aparelho, o que acaba por retardar sua substituição no ritmo que vinha sendo observado há alguns anos.

Como alternativa para esta situação, as fabricantes de smartphones, principalmente a Apple Computer Brasil LTDA.³, passaram a realizar constantes atualizações do sistema operacional em funcionamento em seus aparelhos. Este sistema é a base de operação do aparelho, responsável pelo suporte de todas as funções, aplicativos e, conseqüentemente, por seu funcionamento pleno.

Sob a justificativa de melhorias no desempenho dos aparelhos, as fabricantes de telefonia móvel disponibilizam gratuitamente aos usuários constantes atualizações dos

³ Empresa multinacional norte-americana com sede no Brasil a Rua Leopoldo Couto Magalhaes Júnior, nº. 700, 7º e 8º Andar - Conjunto 71, 72, 81 e 82, CEP: 04.542-000, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

sistemas operacionais, sendo que por muitas vezes tais atualizações são realizadas de forma automática pelos smartphones.

Através da atualização do sistema operacional as fabricantes providenciam medidas para diminuir da vida útil dos smartphones por meio de técnicas que geram prejuízos ao funcionamento pleno do aparelho. Esta diminuição de capacidade de funcionamento pode ser utilizada tanto através da atualização do sistema operacional como pela exclusão de determinados modelos desta atualização, sendo que em ambos os casos a prática gera prejuízos ao funcionamento pleno do aparelho e induz seu usuário a substituí-lo.

Segundo estudo⁴, o mercado de smartphones no Brasil é ocupado por 3 (três) principais sistemas operacionais: “Android”, “IOS” e “Windows Phone”. Neste trabalho será avaliada a postura da fabricante do sistema “IOS” (*Iphone Operating System*) ao utilizar da atualização do sistema operacional do Iphone para aplicar o processo de obsolescência programada do aparelho Iphone 4 durante sua vida útil, induzindo seus milhões de usuários a adquirir uma nova versão do aparelho.

Este ensaio terá o objetivo geral de chamar a atenção do Estado para a ausência de legislação específica que proíba a prática da obsolescência programada no Brasil, mesmo diante da latente violação de direitos fundamentais dos consumidores desta decorrente. Isto será desenvolvido de forma específica através de demonstração da evolução desta conduta empresarial e as formas que isto afeta direitos fundamentais dos consumidores. Através da análise qualitativa em constante confrontação com a doutrina e jurisprudência a metodologia deste estudo será desenvolvida, sendo a este aplicado o método fenomenológico para a maior proximidade em relação ao resultado almejado.

O estudo da evolução da obsolescência programada, aliado a análise acerca do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o assunto, traz a percepção acerca da forma sutil que esta conduta é inserida no cotidiano social e comprova o sucesso desta

⁴ COMUNICAÇÃO, Rosa Arrais. IDC Releases: Estudo da IDC Brasil mostra recorde nas vendas de smartphones no terceiro trimestre de 2014. São Paulo: 2014. Disponível em <http://www.idcbrasil.com.br/releases/news.aspx?id=1777>. Acesso em: 23 ago. 2015.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

estratégia, o que será o ponto central da pesquisa com o intuito de demonstrar a necessidade de proibição de medidas desta natureza. Comprovando através de elementos históricos o caminho seguido por esta conduta, bem como através de pesquisas, relatos de usuários e a jurisprudência correlata será possível demonstrar a violação de direitos fundamentais do consumidor praticada através da aplicação da obsolescência programada.

1. A EVOLUÇÃO DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

O termo “Obsolescência Programada” já é bastante conhecido no mercado e aplicado amplamente pela indústria em geral como estratégia para aumentar suas vendas. Esta prática ganhou força como estratégia de fomento do mercado abalado pela crise de 1929 e pelo final da 2ª Guerra Mundial e desde então tem as mais variadas versões na busca por sua perpetuação.

É comum a existência de produtos eletrodomésticos fabricados na década de 1940 (geladeiras e fogões, por exemplo) que, se bem conservados, ainda estão em pleno funcionamento. Por outro lado, um eletrodoméstico da mesma categoria comprado há poucos anos atrás tem de ser substituído em um curto espaço de tempo em decorrência da diminuição de sua capacidade de funcionamento pleno.

Esta obsolescência programada é conceituada pela doutrina como a "redução artificial da durabilidade de um bem de consumo, de modo a induzir os consumidores a adquirirem produtos substitutos dentro de um prazo menor e, conseqüentemente, com uma maior frequência, do que usualmente fariam" (VIO, 2004, 193). Ocorre que esta redução não é limitada apenas à duração do produto e sim a redução de sua utilidade após baixo período de tempo, como é o caso do Iphone 4 o que é objeto deste estudo.

Existe notável diferencia entre obsolescência programada, a obsolescência planejada e a obsolescência perceptível, sendo que as duas últimas têm por base a indução dos consumidores à substituição de produtos através do avanço tecnológico, situação que é

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

inclusive prevista pelo Código de Defesa do Consumidor⁵ como não lesiva ao consumidor. Além disso, existem fatores como consumismo, influências geradas por campanhas publicitárias e tendências de moda que contribuem em muito para o crescimento da obsolescência planejada e da obsolescência perceptível (KREMER, 2007).

Já a obsolescência programada, tema que outrora foi tratado pela indústria em tom conspiratório, hoje ganha destaque diante de todos os reflexos negativos que a prática atrai para a sociedade de um modo geral, principalmente os prejuízos aos consumidores.

Seguindo esta tendência, em agosto de 2015 o Congresso Francês aprovou a alteração do Código do Consumidor da França⁶ o qual passou a considerar a prática da Obsolescência Programada como um crime punível com até 2 (dois) anos de prisão e multa de € 300.000 (trezentos mil euros), com possibilidade de aumento proporcional aos benefícios derivados da violação.

Justamente pela repercussão que o assunto vem trazendo junto a mídia mundial, as fabricantes de produtos eletroeletrônicos têm buscado alternativas para “camuflar” a prática que antes era desempenhada através da diminuição da vida útil dos componentes utilizados na fabricação dos produtos e hoje é utilizada através de sofisticadas alterações no software responsável pelo funcionamento de aparelhos eletrônicos, o que objetiva reduzir de forma artificial a vida útil dos produtos.

A estratégia destas empresas se torna evidente dentro do mercado dos smartphones, observando se tratar de um produto de grande popularidade, rápida evolução tecnológica e baixo valor econômico, o que monta um cenário perfeito para a prática desta conduta.

Este ensaio objetivará demonstrar o desenvolvimento da obsolescência programada pela empresa fabricante do Iphone. Para tanto, é importante registrar que não é de hoje que a “Apple” utiliza desta estratégia para diminuir a vida útil dos aparelhos de sua fabricação

⁵ Art. 12, § 2º, Lei nº. 8.078/90.

⁶ *Article L-213-4-1 que incluiu a Section 2 bis no Code de la consommation.*

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

buscando induzir seus consumidores a aquisição de novos produtos de sua linha de maneira absolutamente prematura, sendo que esta conduta se mistura a própria história da empresa.

Em 2004, por exemplo, a “Apple Inc.” foi acionada perante a justiça norte-americana através de ação coletiva interposta por usuários do “Ipod”⁷ (aparelho reproduzidor de áudio). Nesta ação a empresa foi acusada de reduzir, de forma proposital, a vida útil do “Ipod” através da limitação do tempo de funcionamento de sua bateria, e um mecanismo impedia sua substituição. Reconhecendo seu erro, a fabricante formalizou acordo nesta ação para reembolsar aos usuários do valor de \$ 50 (cinquenta dólares) por aparelho e garantir a manutenção estendida aos aparelhos “Ipod”.

No Brasil também existem precedentes neste sentido, como é o caso de Ação Civil Pública distribuída em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI) em desfavor da Apple Computer Brasil Ltda.⁸, a qual tramita em segredo de justiça e envolve o lançamento do tablet “Ipad” 3 quando era iminente sua substituição pelo “Ipad” 4, o que foi realizado sem prestar qualquer tipo de informação ao consumidor.

Em outra situação já apreciada pelo Poder Judiciário brasileiro, está envolvido o problema narrado por uma consumidora de Porto Alegre/RS com seu aparelho “Iphone” 3G, que funcionava com o sistema operacional “IOS 4.2.1”⁹. Após a atualização do sistema operacional “IOS 4.2.1” para versão do software “IOS 4.3”, esta consumidora ficou impedida de utilizar de forma plena o aparelho ainda durante sua vida útil. Através de decisão que reformou parcialmente a sentença, a “Apple” foi condenada nesta ação a indenizar a consumidora em relação ao valor pago pelo aparelho.

⁷ *The Superior Court of California for San Mateo County. Judicial Council Coordination Proceeding No. 4355, San Mateo Co. Sup. Ct.*

⁸ DUNAND, Emmanuel. Apple sofre processo por prática comercial abusiva. *Jornal Comércio*. Porto Alegre, 21/02/2013. Caderno de Telecomunicações. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=116921>. Acesso em: 01 set. 2015.

⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Autos nº. 0024249-68.2013.8.21.9000 – 4º Juizado Especial Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

Diante destes e outros elementos, é possível verificar que a “Apple” mundial vem utilizando há tempos a prática da obsolescência programada para induzir seus fiéis consumidores a aquisição de novos modelos da marca de maneira desnecessária e motivada por práticas como as mencionadas.

No presente ensaio se buscará demonstrar a mais nova estratégia da “Apple” para tornar mais um de seus aparelhos obsoleto em sua plena vida útil, o que fez através da deliberada e injustificada exclusão do “Iphone” 4 da atualização do sistema operacional “IOS” de sua versão 7.1.2 para a versão 8.

2. ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL “IOS” E A LIMITAÇÃO DE ACESSO DO “IPHONE” 4 AO “IOS 8”.

Assim como outras fabricantes de smartfone, a “Apple” promove a constante atualização de seu sistema operacional (“IOS”) e induz o usuário de aparelhos da marca a promover a configuração de seus dispositivos a uma nova versão do “IOS” assim que disponibilizada pela fabricante.

No mês de setembro de 2014 foi disponibilizada aos usuários uma nova atualização deste sistema operacional denominada de “IOS 8”, a qual, sendo informação constante do site da empresa¹⁰, seria a maior atualização do sistema “IOS” já realizada. Assim foram anunciadas novidades e funcionalidades decorrentes desta atualização que aumentariam a capacidade do aparelho e melhorariam a expediência dos usuários com o “Iphone”.

Porém, a atualização para o sistema operacional “IOS 8” somente foi disponibilizada pela fabricante aos modelos de “Iphone” 4s, 5, 5c, 5s, 6 e 6 Plus, sendo desta atualização excluídos os aparelhos “Iphone” 4 e versões anteriores deste aparelho celular.

¹⁰ Disponível em <http://www.apple.com/br/ios/>. Acesso em: 01 set. 2015

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

O que chamou a atenção dos usuários do “Iphone” 4 em relação a exclusão do aparelho da atualização do “IOS 8” é que a diferença entre “Iphone” 4 e o “Iphone” 4s (incluído na atualização do “IOS 8”) é basicamente a existência de um simples aplicativo, denominado pela fabricante como “Siri” (Secretária Virtual), e algumas modificações técnicas que em nada interferem no sistema operacional em funcionamento no aparelho, conforme informação veiculada na mídia em novembro de 2013¹¹.

Como já foi exposto, a “Apple” anuncia em seu site que o “IOS 8” é a maior atualização do sistema operacional “IOS” já realizada. Assim, por óbvio, com esta atualização o aparelho teria aumentada sua capacidade, o que conseqüentemente traria melhoria a expediência de seu usuário e manteria este aparelho em seu funcionamento pleno.

Importante enfatizar que a necessidade de atualização do software não se restringe ao desfrute das atualizações e novidades do novo sistema operacional. Uma vez realizada esta atualização, os aplicativos já instalados no “Iphone” também passam por atualizações disponibilizadas por seus fabricantes buscando sempre acompanhar o novo software disponibilizado pela “Apple”.

Ao realizar a atualização destes aplicativos, o que muitas vezes é feito de forma automática pelo aparelho, e estando tais aplicativos configurados para o “IOS 8”, os usuários do “Iphone” 4 tem a utilização destes aplicativos prejudicada e até mesmo impedida, uma vez que após a atualização os aplicativos são configurados para funcionar utilizando o novo sistema operacional.

Como consequência disto os consumidores do “Iphone” 4 passam a enfrentar problemas e lentidão durante o uso de aplicativos que outrora eram utilizados normalmente. Esta situação leva os consumidores a buscar a substituição do equipamento, mesmo que em sua plena vida útil, e a obsolescência programada atinge seu objetivo.

¹¹ BARROS, Thiago. Iphone 4 ou Iphone 4S? Confira o comparativo de celular da semana. TechTudo. São Paulo, 25/11/2013. Informática. Sistemas Operacionais. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2013/11/Iphone-4-ou-Iphone-4s-confira-o-comparativo-de-celular-da-semana.html>. Acesso em: 01 set. 2015.

Além disso, a cada atualização do sistema operacional “IOS” a fabricante corrige alguns erros da versão anterior deste software, os quais são narrados a “Apple” pelos próprios usuários do “Iphone”. Assim, ao serem excluídos da atualização do sistema operacional “IOS 8”, os usuários do “Iphone” 4 claramente tem seu direito a correção destes erros totalmente frustrado e são obrigados a conviver com os defeitos do “IOS 7.1.2” até que resolvam substituir o aparelho.

A prática abusiva aos direitos do consumidor aqui se torna clara, uma vez que a intenção da fabricante é justamente camuflar a prática da obsolescência programada sob o manto do avanço tecnológico e faz isto através do constante lançamento de novos produtos com pequenas modificações em relação à versão anterior.

A “Apple” encerrou a venda do “Iphone” 4 em março de 2014¹², sendo que já em outubro de 2014 lançou atualização de seu sistema operacional onde, sem qualquer justificativa plausível, determinou que a atualização deste software não seria oferecida aos usuários do “Iphone” 4.

Não há como negar que a prática em questão é a obsolescência programada. Um aparelho como o “Iphone” 4 tem vida útil muito superior a pretendida pela “Apple” ao determinar sua aposentadoria poucos meses após encerrar sua venda. Por esta razão, resta latente a violação aos direitos dos consumidores do “Iphone” 4 em decorrência do vício provocado pela fabricante do aparelho mesmo após ter sido expirada à garantia contratual.

A obsolescência programada do “Iphone” 4 esta demonstrada a partir do momento em que a “Apple” não informa aos seus usuários os motivos que justificariam o fato do sistema operacional “IOS 8” supostamente ser incompatível com este aparelho.

¹² Redação Olhar Digital. Apple deixa de vender Iphone 4 no Brasil. Olhar Digital. São Paulo, 20/03/2014. Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/noticia/apple-deixa-de-vender-iphone-4-no-brasil/40931>. Acesso em: 01 set. 2015.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

Quando provocada judicialmente sobre o assunto, a resposta da fabricante é que o “IOS 8”, eventualmente, seria incompatível com o “Iphone” 4. Esta informação pode ser extraída de contestação¹³ apresentada pela “Apple” em tópico intitulado “DA APARENTE INCOMPATIBILIDADE ENTRE SISTEMA OPERACIONAL IOS E OS APARELHOS MAIS ANTIGOS (sic)”:

E assim ocorreu com o dispositivo [Iphone 4] da Requerente quando foram lançadas novas versões do IOS. Embora versão mais recente possa, eventualmente, ser incompatível com o Iphone que esta possui, o que, conforme visto acima, ocorre somente em virtude de limitações de hardware e para que a experiência do consumidor com o dispositivo não seja prejudicada, esse aparelho continua plenamente operacional em sua versão anterior, realizando todas as funções compatíveis com seu hardware.

Os usuários do “Iphone” 4s, aparelho lançado poucos meses depois do “Iphone” 4 e com pouquíssimas modificações, tem plena possibilidade de atualizar o sistema operacional de seus aparelhos para o “IOS 8”.

Diante desta situação somente se pode concluir que a fabricante do “Iphone” 4, mesmo sem ter certeza se o “IOS 8” seria incompatível com o aparelho, resolveu aposentar um aparelho que por ela era vendido há poucos meses, lesando assim milhões de consumidores.

O que se verifica é que a decisão da “Apple” ao excluir o “Iphone” 4 da atualização do “IOS 8” não foi uma decisão técnica e sim uma decisão mercadológica que visa apenas o lucro. A conduta da empresa é muito clara, uma vez que mesmo sabendo que o sistema operacional “IOS 8” poderia sim funcionar no “Iphone” 4, decidiu “aposentar” este aparelho ao excluí-lo da atualização de um software disponível a todos os seus usuários.

A conduta da empresa é discriminatória entre seus consumidores uma vez que ciente da possibilidade técnica de funcionamento da “IOS 8” nos aparelhos “Iphone” 4 a “Apple” decidiu excluir os usuários deste aparelho da atualização do software. Isto quer dizer juntamente obsolescência programada vez que, unicamente por decisão de sua fabricante, o

¹³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Autos nº. 0181989-88.2014.8.13.0525– fls. 62 – 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Pouso Alegre/MG.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

aparelho “Iphone” 4 nunca mais poderá atualizar o seu sistema operacional por ter sido projetado para funcionar apenas com o software “IOS”.

Em resumo, a decisão de manter o “Iphone” 4 fora da atualização do IOS é a forma mais clara de decretar sua aposentaria. Para a utilização plena deste aparelho, seus aplicativos e dispositivos devem estar configurados ao último sistema operacional disponibilizado pela fabricante, principalmente quando se trata de um aparelho dotado de diversas peculiaridades técnicas como é o caso do “Iphone”.

O que se pode perceber já no primeiro contato com o “Iphone” é a forma que o aparelho é hermeticamente fechado, não permitindo, por exemplo, medidas para remoção da bateria sem qualquer tipo de ferramenta como é caso da maioria dos aparelhos fabricados por empresas concorrentes. Esta é uma característica recorrente nos aparelhos de fabricação da “Apple”, sendo que esta é apenas uma das várias estratégias utilizadas pela empresa para prática da obsolescência programada.

Diante de limitações trazidas pela fabricante, o usuário do “Iphone” não tem condições de buscar alternativa para evitar a aposentadoria do aparelho, observando ter sido este projetado para funcionar apenas sob a plataforma do sistema operacional “IOS”, sendo assim o consumidor obrigado a conviver com os problemas já relatados até substituir o aparelho em plena vida útil.

Com o passar do tempo e diante de novas atualizações do “IOS”, os aplicativos e funções do “Iphone” 4 tendem a apresentar mais problemas para desempenhar as mais simples funções.

Esta mesma situação já foi relatada por uma usuária do Iphone 4 ao *New York Times* em outubro de 2013¹⁴, sendo que no ano de 2014 este mesmo jornal divulgou pesquisa que

¹⁴ “[...] A princípio, achei que fosse minha imaginação. Por volta do lançamento do Iphone 5s e do 5C, em setembro, notei que meu triste Iphone 4 ficava cada vez mais lento. A bateria também acabava muito mais rápido. E o mesmo parecia ocorrer com um monte de gente que, como eu, continuava a usar os produtos da Apple. Quando liguei para os técnicos, eles disseram que o novo sistema operacional (IOS 7) que estava disponível para os antigos usuários tornava modelos anteriores do Iphone insuportavelmente lentos. As baterias dos celulares da Apple, que têm um número finito de cargas, eram gastas pelo novo software. Me foi dada a

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

indica que as buscas realizadas nos EUA através do “Google” com a expressão “Iphone lento” tem aumentado todos os anos e que este aumento tem relação direta com o lançamento de novas atualizações do sistema operacional “IOS”¹⁵.

O que se verifica aqui não tem relação com avanço tecnológico, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor Brasileiro, uma vez se tratarem de aparelhos da mesma geração (“Iphone” 4 e “Iphone” 4s). Por exemplo, se a afirmação aqui trazida fosse em relação a exclusão do “Iphone” 3gs (a última geração do “Iphone” 3 lançada em 2009) da atualização do sistema operacional “IOS 8” até poderia ser ventilada a tese de avanço tecnológico ou mesmo em relação ao fim da vida útil do produto.

Porém, o “Iphone” 4 foi lançado em junho de 2010 ao passo que o “Iphone” 4s foi lançado outubro de 2011, ou seja, a diferença entre o lançamento destes aparelhos é pouco mais de 1 (um) ano e por isso, sem dúvida, tratam-se de aparelhos pertencentes a mesma geração.

Uma vez demonstrada a incidência da obsolescência programada no caso em questão se mostra claro o fato de estarmos diante de uma conduta lesiva ao consumidor, já que fere princípios constitucionais e os preceitos do Código de Defesa do Consumidor, estando latente a obrigação da “Apple” em tornar o “IOS 8” disponível aos aparelhos “Iphone” 4 de modo que todos os seus milhares de usuários possam proceder com a atualização do software e continuar utilizando este aparelho, dentro de sua limitação técnica, de forma plena até o final de sua vida útil.

opção de pagar US\$ 80 dólares para trocar a bateria do meu celular antigo, ou gastar US\$ 20 a mais para comprar um Iphone 5C. Parecia que a Apple me mandava uma mensagem não muito sutil para trocar o meu celular [...]” RAMPELL Catherine. *Planned Obsolescence, as Myth or Reality*. *New York Times*. 31 de outubro de 2013: Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/a-conspiracao-a-apple-estraga-o-seu-Iphone-de-proposito/>. Acesso: 02 set. 2015.

¹⁵ MULLAINATHAN, Sendhil. *Hold the Phone: A Big-Data Conundrum*. *New York Times*. 26 de julho de 2014: Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/07/27/upshot/hold-the-phone-a-big-data-conundrum.html?_r=2&abt=0002&abg=0. Acesso: 02 set. 2015.

3. VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR ATRAVÉS DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Consoante o exposto se mostra claro que a estratégia de lançar produtos com data certa para sua obsolescência caracteriza como uma prática comercial abusiva ao consumidor. A disponibilização de peças de reposição compatíveis para a manutenção do funcionamento pleno dos equipamentos eletroeletrônicos deve ser mantida em período compatível com o fim da vida útil do produto até que este seja descartado em função de seu desgaste natural.

A falta de peças de reposição quando o produto ainda está no mercado ou mesmo quando este não mais é vendido, durante o período de sua vida útil e mesmo que já tenha sido substituído em decorrência da inovação tecnológica, acaba por evidenciar a prática comercial abusiva ao consumidor representada pela obsolescência programada. Neste caso o consumidor se mostra em estado de vulnerabilidade excessiva, uma vez que não tem alternativa para resolver os problemas do produto senão através dos meios que lhe são fornecidos pela indústria, conforme entende Laís Gomes Bergstein (BERGSTEIN, 2013):

[...] as técnicas empregadas para burlar esta regra caracterizam a prática da obsolescência programada, pois artificialmente antecipam a perda de utilidade ou funcionalidade do produto em manifesta violação aos direitos dos consumidores, contribuindo com a elevação do seu grau de vulnerabilidade perante o mercado [...].

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça¹⁶ acolheu as razões de consumidor que teve frustrada a expectativa de durabilidade de produto por considerar a obsolescência programada como uma prática abusiva ao consumidor.

O consumidor, como qualquer cidadão, tem seus direitos fundamentais garantidos pela Constituição da República e qualquer prática que possa vir a atingir os direitos constitucionais deste consumidor deve ter a proteção do Poder Judiciário.

¹⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº. 984.106 –SC (2007/0207915-3) - Relator: Ministro Luís Felipe Salomão – Data do Julgamento: 04 de outubro de 2012.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

Não se pode deixar de verificar o abuso aos direitos constitucionais do consumidor pela inexistência de legislação específica no Brasil que proíba a prática da obsolescência programada, uma vez que tal prática sem dúvida afeta direitos fundamentais.

No caso em análise existe clara violação ao direito dos usuários do “Iphone” 4 em não serem proprietários de um aparelho considerado defeituoso, em sua plena vida útil, diante da existência de produto de melhor qualidade disponível no mercado.

O que o Código de Defesa do Consumidor determina é que a fabricante, além de manter a oferta de componentes e peças no mercado enquanto durar a fabricação e importação do produto, ofereça peças de reposição durante por um período razoável de tempo que deve ser compatível com a vida útil normal do produto.

Na hipótese de serem lançadas novas versões ou edições do “Iphone” 4, caberia a empresa fabricante oferecer meios para que este produto pudesse continuar funcionando de forma plena até que fosse substituído em função de seu desgaste natural. Ao invés disso, a “Apple” busca claramente antecipar, artificialmente, o fim da vida útil do “Iphone” 4 através de mecanismo que diminui sua capacidade de funcionamento pleno com o intuito de induzir os usuários deste aparelho a substituí-lo por uma versão mais recente do “Iphone”.

Apesar da obsolescência programada, por enquanto, não encontrar norma específica que proíba sua prática no Brasil, o julgamento do Recurso Especial nº. 984.106/SC tem servido de base nos estudos sobre o tema e demonstra a ilegalidade desta prática abusiva ao consumidor, fazendo, inclusive, menção expressa à redução artificial da vida de componentes eletrônicos¹⁷:

[...] a reduzida vida útil de componentes eletrônicos (como baterias de telefones celulares), com o posterior e estratégico inflacionamento do preço do mencionado componente, para que seja mais vantajoso a recompra do conjunto; a incompatibilidade entre componentes antigos e novos, de modo a obrigar o consumidor a atualizar por completo o produto (por exemplo, softwares); o produtor que lança uma linha

¹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº. 984.106 –SC (2007/0207915-3) - Relator: Ministro Luís Felipe Salomão – Data do Julgamento: 04 de outubro de 2012.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

nova de produtos, fazendo cessar açodadamente a fabricação de insumos ou peças necessárias à antiga [...]

A oferta e a aquisição sem medida de produtos novos, principalmente aqueles que apresentam pequenas melhorias a cada geração, seguida da aposentadoria do aparelho antecessor, sem dúvida atinge direitos fundamentais dos consumidores e deve ser reconhecida pelas autoridades.

Esta prática afeta um dos principais direitos fundamentais do consumidor previsto no art. 1º, III da Constituição Federal e que garante a todo cidadão brasileiro o direito a dignidade da pessoa humana.

O direito a dignidade da pessoa humana guarda relação com o fato de todo ser humano ter o direito de ser tratado de forma igual e fraterna. Além disso, todo ser humano tem o direito legítimo a respeito por parte de seus semelhantes, sendo que “A dignidade é um valor já preenchido *a priori*, isto é, todo ser humano tem dignidade só pelo fato já de ser uma pessoa” (NUNES, 2007, p.24).

A prática da obsolescência programada fere o princípio da dignidade da pessoa humana ao tratar os consumidores de forma discriminatória. No caso em análise, os usuários do “Iphone” 4 claramente foram discriminados em relação aos outros consumidores da “Apple” apenas pelo fato de possuírem um aparelho adquirido há mais tempo que as novas versões do “Iphone”, o que denota violação do citado preceito constitucional.

Antecipar de forma artificial o fim da vida útil de um produto buscando sua rápida substituição é uma prática abusiva que atinge também o direito do consumidor previsto no art. 5, XXXII da Constituição Federal que determina que o Estado promova a defesa do consumidor. Diante deste dispositivo o Código de Defesa do Consumidor se caracteriza como uma norma de ordem pública, o que denota “que sua aplicabilidade nas relações de consumo não depende da vontade dos envolvidos, ou seja, a defesa do consumidor, inserido no art. 5º, XXXII, da CF é indisponível e inafastável, mesmo que manifestada tal vontade”¹⁸.

¹⁸ CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; RODRIGUES, Maria Madalena de Oliveira. A obsolescência programada na perspectiva da prática abusiva e da tutela do consumidor. Disponível em

Diante disso, como o art. 32 do Código de Defesa do Consumidor prevê conduta diversa da obsolescência programada por parte das fabricantes de aparelhos eletrônicos, o que se deve justamente a previsão constitucional acerca da obrigação estatal de defesa do consumidor e a ordem pública exercida pelo Código de Defesa do Consumidor, é possível identificar a violação de princípios constitucionais do consumidor nesta conduta.

Conforme é o entendimento de Cláudia Lima Marques (2003, p. 43), este o Código de Defesa do Consumidor conceitua seus preceitos como sendo de ordem pública quando reúne as matérias de proteção do consumidor e o seu âmbito de aplicação, sendo que para tanto dispõem que "as normas de ordem pública são aquelas que positivam valores básicos de uma sociedade e, portanto, indisponíveis à vontade das partes".

Graças à disposição prevista na Constituição da República, a violação de qualquer preceito contido no Código de Defesa do Consumidor fere direito fundamental do consumidor, o que torna claro que a infração aos termos do art. 32 do Código de Defesa do Consumidor e afeta, via de consequência, um direito constitucionalmente garantido.

Seguindo este caminho a prática da obsolescência programada também afeta o direito constitucional do consumidor previsto no art. 5º, XIV e art. 220, inciso II, §3º da Constituição da República que garante a todos os consumidores o direito a informação. No caso em estudo, existem claras evidências que esta prática afeta o direito de informação do consumidor, uma vez que se houvesse informação expressa, quando da compra do produto, acerca de seu curto período de vida útil o consumidor poderia avaliar com equidade se esta aquisição lhe seria interessante ou mesmo optar por produto de outra marca ou modelo.

Justamente neste sentido é o entendimento de Antônio Herman Benjamin quando analisa os efeitos do Código de Defesa do Consumidor como norma intervencionista de função social com aplicação inerente a liberdade de contratar (BENJAMIN, 2009, p. 58):

http://www.lex.com.br/doutrina_22860424_A_OBSOLENCIA_PROGRAMADA_NA_PERSPECTIVA_DA_PRATICA_ABUSIVA_E_A_TUTELA_DO_CONSUMIDOR.aspx.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

[...] um renascimento da defesa da liberdade de contratar, da liberdade de escolha do parceiro contratual, através do novo dever de informação imposto ao fornecedor, para que o consumidor possa escolher o parceiro que melhor lhe convier, como, por exemplo, a informação em relação à presença de transgênicos nos alimentos. É o nascimento de um forte direito à informação.

Neste cenário, para a realização do negócio jurídico decorrente da aquisição do “Iphone” 4 caberia ao fornecedor do produto trazer todas as informações necessárias a uma avaliação ampla em relação às possibilidades e riscos daquele negócio pelo consumidor. O negócio jurídico em questão deve ser orientado pela segurança, a qual somente poderá ser exercida através da informação, nestes termos entende João Batista de Almeida (2006, p.45):

Há estreita relação com o direito à segurança, pois, se o consumidor tem o direito de consumir produtos e serviços eficientes e seguros, é intuitivo que deve ser ele informado adequadamente acerca do consumo dos produtos e serviços, notadamente no que se refere à especificação correta de quantidade, característica, composição, qualidade e preço, bem como riscos que apresentam.

Diante de tais elementos é possível observar a clara violação de princípios constitucionais dos consumidores através do desempenho de práticas como a da obsolescência programada, a qual utiliza de sofisticadas estratégias para constantemente modificar sua forma de operação e camuflar seus reais objetivos, se tornando clara a necessidade de previsão legislativa que proíba tal conduta no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da história da indústria mundial, a prática da obsolescência programada teve vários contextos, sendo constituída a principio para impulsionar um mercado em crise e passando a estratégia de fomento ao interesse econômico de grandes empresas.

Com a mudança do perfil dos consumidores, a indústria encontrou a possibilidade de desempenhar a obsolescência programada de diversas formas buscando não atentar as autoridades para a clara violação dos direitos fundamentais do consumidor. Dentre estas alternativas para a diminuição da vida útil dos produtos, a empresa fabricante do aparelho

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

“Iphone” utiliza o manto do avanço tecnológico para ocultar a aposentadoria do “Iphone” 4 e forçar seus usuários a aquisição prematura e desnecessário de um novo aparelho.

A impossibilidade de atualização do sistema operacional do “Iphone” traz aos usuários obstáculos a utilização plena do aparelho em sua plena vida útil, o que induz tais consumidores a aquisição de novos produtos, os quais são lançados com maior frequência e com períodos de tempo cada vez menores.

Diversos são os elementos constantes deste estudo que apontam para a prática da obsolescência programada por parte da fabricante do “Iphone”, sendo que em todos os casos é possível observar a violação de direitos fundamentais do consumidor tais como a dignidade da pessoa humana, o direito a proteção constitucional do consumidor e o direito a informação.

Diante desta conclusão é possível observar que a prática da obsolescência programada, apesar de não conter proibição expressa na legislação brasileira, encontra-se plenamente configurada como uma prática comercial abusiva. A violação de preceitos fundamentais da Constituição da República deve nortear o legislador acerca da necessidade de promulgação de lei que expressamente proíba esta conduta em todo o território nacional, observando todo prejuízo social trazido por esta prática.

Não há dúvida acerca da ilicitude da conduta comercial analisada neste ensaio, o que tem por fundamento a violação de princípios basilares de nosso Estado Democrático de Direito. Por esta razão, a evolução desta prática passando da diminuição da vida útil dos componentes utilizados na fabricação dos produtos para a utilização de atualizações do software que intencionalmente diminuem a capacidade de funcionamento pleno de produtos eletroeletrônicos deve ser observada por toda a sociedade na constante busca pela manutenção da ordem social e garantia dos direitos fundamentais do consumidor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do consumidor**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2006.

BERGSTEIN, Laís Gomes. **Obsolescência programada: breves notas**. Curitiba: Migalhas, 2013.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.078, 1990.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (DF).

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (MG).

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande de Sul (RS).

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; RODRIGUES, Maria Madalena de Oliveira. 2015. *A obsolescência programada na perspectiva da prática abusiva e da tutela do consumidor*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_22860424_A_OBSOLENCIA_PROGRAMADA_NA_PERSPECTIVA_DA_PRATICA_ABUSIVA_E_A_TUTELA_DO_CONSUMIDOR.aspx> Acesso em 14/04/2016.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcelos; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao CDC**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MIRAGEM, Bruno. Vício oculto, vida útil do produto e extensão da responsabilidade do fornecedor: comentários à decisão do Resp 984.106/SC, do STJ. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, 2013.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 2. ed. ver., modif. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

VIO, Daniel de Ávila. *O poder econômico e a obsolescência programada de produtos*. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, ano XLIII, v. 133, p. 193-202, jan./mar. 2004.

RAGAZZI, João Luiz; ANDRADE, Paulo Henrique Loyola Vianna de. **A Aposentadoria do Iphone 4 – Uma Análise da Evolução da Obsolescência Programada na Violação dos Direitos Fundamentais do Consumidor**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

KREMER, J. *Caminhando rumo ao consumo sustentável: uma investigação sobre a teoria declarada e as práticas das empresas no Brasil e no Reino Unido*. **Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais**. PUCSP, São Paulo, 2007.